Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 12

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

FMI refaz projeções e calcula que o PIB vai crescer 2,4% este ano (Crescimento econômico) 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fundos da tributária valem a pena, diz Appy - LU AIKO OTTA 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mesmo fora do governo, União cobiça o Serpro 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Corte de emendas pode superar R\$ 7,5 bi, diz Haddad 8

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Corte de gastos é vital, mas difícil 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo busca R\$ 20 bi para os Correios 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Haddad: alternativa a subir IOF não afeta consumo ou crédito 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Apesar da inflação, Fed deve seguir com cortes de juros, indica Powell 13

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Haddad vai discutir LDO em ligação para Alcolumbre 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

LDO é o novo campo de batalha 15

O GLOBO - RJ - MUNDO
ECONOMIA

França: premier adia reforma da Previdência para não cair de novo 16

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Governo busca acordo para projeto sobre tarifaço 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

"Brasil precisa ver como vai lidar com mais produtos chineses" 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Governo quer rede de trens no Nordeste 22

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Inflação na Argentina sobe 2,1 % em setembro.....	24
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Aumento de déficits fiscais é risco para expansão global (Artigo).....	25
DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA ECONOMIA	
"A COP sem os amazônidas não será completa".....	27

FMI refaz projeções e calcula que o PIB vai crescer 2,4% este ano (Crescimento econômico)

Letícia Corrêa +

O Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou, ontem, a revisão da projeção econômica global, feita pela última vez em julho deste ano. Para o Brasil, o relatório Perspectiva Econômica Mundial (WEO, em inglês), elevou levemente a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) este ano, de 2,3% para 2,4%. Para o ano que vem, no entanto, houve redução na previsão, que em julho estava em 2,1%, para 1,9%.

O economista Fabrício Lacerda, do BTG, acredita que os dados de 2025 foram realistas, porém, os de 2026 foram conservadores. Em 2025 o **PIB** de fato tende a ter esse tipo de resultado e foi impactado, minimamente, pela política de tarifas do governo Trump, contudo, para 2026 não compartilho dessa projeção. Acredito que existem variáveis que o FMI desconsiderou nesse cálculo. A mais importante delas é que 2026 será ano eleitoral e historicamente, os gastos do governo são maiores que a média dos anos anteriores, impulsionando o **PIB**, afirmou.

Já o economista da Armada Asset, Marcos Hanna, ressalta que as revisões e os dados são realistas. O Brasil, com crescimento do **PIB** projetado para 2,4% em 2025 e 1,9% em 2026 fica abaixo da média de crescimento projetada para os emergentes (4,2% em 2025 e 4,0% em 2026). Apesar de possuímos um mercado de trabalho que se mantém em patamar saudável e aquecido, há uma dependência grande da informalidade (40%), pouca inovação e burocracia excessiva, resultando em baixa produtividade (diferente de outros emergentes como Índia e China). A baixa produtividade somada à política monetária restritiva e, principalmente, ao cenário externo instável e imprevisível, tornam realista a posição menos favorável do Brasil diante de outros emergentes. A dependência do Brasil por commodities voláteis o deixa mais vulnerável à instabilidade política e comercial observada hoje no mundo, explicou.

A meu ver, haveria espaço para mais pessimismo tendo em vista o ambiente fiscal desorganizado e incerto que temos atualmente e a dificuldade diplomática que o Brasil vem tendo com parceiros relevantes como os Estados Unidos. O avanço da

reforma tributária trará atrito para as empresas com a transição gradual que se inicia em 2026 e a constante tentativa do governo de elevar a carga tributária afasta novos investimentos na economia real, concluiu.

O documento revela que o tarifaço de Trump, de modo geral, teve efeitos mais brandos do que o esperado anteriormente. Isso graças aos acordos comerciais, que reduziram os impactos das tarifas. O FMI, entretanto, acredita que as taxas tarifárias dos Estados Unidos ainda vão gerar efeitos, em 2026, e também comenta sobre a desaceleração no impulso doméstico no Brasil, por "políticas monetárias e fiscais restritivas".

O relatório projetou a **inflação** média anual do Brasil para 5,2%, neste ano. Para 2026, o aumento dos preços de bens e serviços, medido pelo IPCA, deve desacelerar para 4,0%, de acordo com o órgão.

O documento prevê a piora no desemprego brasileiro. Segundo o FMI, a estimativa do desemprego, neste ano, deve ser de 7,1%. Em 2026, é estimado 7,3%. O indicador, em 2024, foi de 6,9%.

Economia mundial

O organismo projetou a desaceleração da economia global, dos 3,3% de 2024, para 3,2%, em 2025.

A incerteza da política comercial permanece elevada na ausência de acordos claros, transparentes e duráveis entre parceiros comerciais - e com a atenção começando a se deslocar do nível eventual de tarifas para seu impacto sobre preços, investimento e consumo, apontou o banco.

"A resiliência inesperada na atividade e a resposta moderada da **inflação** refletem -além do fato de que o choque tarifário acabou sendo menor do que o anunciado originalmente- uma série de fatores que proporcionam alívio temporário, em vez de força subjacente nos fundamentos econômicos, completou no documento.

O fundo considerou que Brasil, China, França e Estados Unidos tendem a ter um aumento significativo nas dívidas em relação ao **PIB**, neste ano.

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2025/10/7270567-fmi-refaz-projecoes-e-calcula-que-o-pib-vai-crescer-24-este-ano.html>

Fundos da tributária valem a pena, diz Appy

- LU AIKO OTTA

LU AIKO OTTA

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras. E-mail lu.aiko@valor.com.br

Até mesmo um feito histórico do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a aprovação da **reforma tributária**, tem repercussão no "fiscal". No bojo da reforma, foram criados quatro fundos que receberão recursos da União para irrigar os cofres de Estados. A conta começa em R\$ 8 bilhões e chega a R\$ 60 bilhões ao ano a partir de 2043.

É uma dinheirama. Como já mostramos neste espaço, a conta ultrapassa R\$ 1,57 trilhão até 2046. O cálculo é de Cristiane Schmidt, ex-secretária de Fazenda de Goiás.

Os aportes aos fundos ficarão fora do arcabouço fiscal. De 2025 a 2028, as transferências da União deverão ser despesas financeiras. A partir de 2029, quando os fundos estarão funcionando, os gastos passarão a ser primários. Mesmo excetuadas da regra fiscal, as despesas elevarão a dívida pública, aponta o estudo "Exceções e Ampliação do Limite de Despesas Primárias da Lei Complementar nº 200/2023", elaborado pela consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados.

É, porém, um gasto que vale a pena, argumentou o secretário extraordinário de **Reforma Tributária**, Bernard Appy, em entrevista a esta colunista e a Jéssica Sant'Ana, deste jornal. "O efeito fiscal agregado é muito positivo", frisou.

Dos quatro fundos criados pela reforma, dois serão objeto de um projeto de lei ordinária que o governo pretende encaminhar ao Congresso ainda neste ano. Vai propor a regulamentação do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais e do Fundo Desenvolvimento Regional. O texto não conterà grandes novidades, adiantou o secretário. Basicamente, dirá qual vai ser a forma de transferência de recursos. Os valores já são conhecidos.

Os outros dois, o de Diversificação Econômica da Amazônia e o de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental e Amapá, serão instituídos por lei complementar, ainda sem prazo de apresentação ao

Legislativo. Diferentemente dos outros dois, não têm valor previamente definido.

Como o nome diz, o dinheiro do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais tem como destino as empresas que hoje desfrutam de benefícios tributários concedidos pelos Estados na chamada "guerra fiscal". São baseados no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que deixará de existir. Assim, as empresas ganharão um apoio de transição, até 2032.

Já o Fundo de Desenvolvimento Regional é permanente e seu propósito é dar outros atrativos aos Estados que hoje se dinamizam à custa de benefícios fiscais. Os recursos devem ser gastos na melhoria da infraestrutura e na busca de inovações tecnológicas, supostamente base de uma transformação econômica. Também, diz o texto constitucional, podem ser usados em atividades com "elevado potencial de geração de emprego e renda, incluindo a concessão de subvenções econômicas e financeiras".

"Às vezes, a gente olha só metade da equação", disse Appy sobre o elevado valor dos fundos.

Na outra metade dela está o crescimento econômico a ser proporcionado pela reforma e seu impacto sobre a arrecadação. "Na hipótese mais conservadora de todas, que considera só os efeitos da desoneração de investimentos e exportações, o aumento é de seis pontos percentuais no **PIB** potencial", disse. "Certamente é mais que isso; provavelmente, mais de 10 pontos percentuais a mais no **PIB** em 10 a 15 anos."

Só para a União, o aumento da arrecadação deverá ser algo como 2% do **PIB**, em função da atividade econômica.

Olhando por outro ângulo, os fundos trarão economia em relação ao quadro atual. Numa hipótese conservadora de crescimento do **PIB**, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional custará de 0,3% do **PIB** a 0,4% do **PIB** em 2043, disse Appy. Porém, ele substituirá incentivos fiscais que custam mais de 2% do **PIB**.

"Então, na verdade, eu estou substituindo um gasto tributário ineficiente de 2% do **PIB** por um gasto, que

vai ser orçamentário, entre 0,3% e 0,4% do **PIB**", comparou. É um exemplo de corte de gasto tributário, tema da moda na capital federal.

O Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, por outro lado, tem valor determinado (cerca de 1,3% do **PIB** no total). É uma despesa que só ocorrerá uma vez.

Appy conclui que, mesmo com os fundos, o resultado de longo prazo da reforma é positivo no longo prazo.

O secretário não mencionou, mas sem a criação dos fundos a reforma dificilmente passaria. No governo de Jair Bolsonaro, ela empacou quando o então ministro da Economia, Paulo Guedes, se recusou a atender esse pleito dos Estados.

A "maior **reforma tributária**" do país, como definiu ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, traz para cá um formato de imposto já adotado por 170 países. Com uma diferença: no Brasil, o tributo será digital.

Aguardada por 40 anos, a **reforma tributária** envolveu concessões, como a criação dos fundos bilionários e a criação de uma lista grande de produtos e serviços que pagarão menos do que os outros. Vai também causar muito perrengue na fase de transição. Há, além disso, críticos de peso à concepção do novo sistema. Mas, agora que o navio zarpou, é assegurar que se concretizem a simplificação e o crescimento econômico esperados.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251015>

Mesmo fora do governo, União cobiça o Serpro

LUANA PATRIOLINO

Apesar da retaliação do governo ao Centrão por ter ajudado a enterrar a MP do IOF, na semana passada, o União Brasil mesmo assim faz pressão para emplacar Wilton Mota na presidência do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). O partido, com o PP - juntos formam a federação União Progressista -, dera, dias atrás, um ultimato a seus filiados para que abandonassem os cargos que ocupavam no Executivo, inclusive prometendo punir quem preferisse continuar. Mas tem atuado para, mesmo dizendo -se fora e votando contra o governo no Congresso, para manter postos de perfil estratégico.

O Serpro é uma das empresas públicas mais cobiçadas, devido à importância das informações que armazena e pelo volume de negócios que pode alavancar nos próximos anos. O órgão é responsável pelo processamento de dados do governo e teve receita líquida de R\$ 4,1 bilhões no ano passado, maior do que todo o orçamento do Ministério de Turismo - ocupado por Celso Sabino, que se rebelou contra a determinação do União Brasil, decidiu permanecer no posto e enfrenta um processo interno de expulsão. Quem também ignorou a determinação partidária foi o ministro dos Esportes, André Fufuca, tanto que, no último dia 8, foi afastado da vice-presidência nacional do PP e do comando do diretório estadual do Maranhão pelo presidente nacional da legenda, senador Ciro Nogueira (PI).

O Serpro também está se preparando para implementar a estrutura de suporte da **Reforma Tributária**, o sistema de soberania digital de dados e os estudos para regulação do uso de inteligência artificial (IA). A instituição gerencia sistemas como os da **Receita Federal** e desenvolve soluções digitais para aumentar a transparência nos gastos públicos.

Padrinhos

Atual diretor de Operações do Serpro por indicação do União, Mota, porém, está confiante na força dos padrinhos políticos - uma delas a senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO) - ao ponto de ter feito convites para integrar sua "futura" equipe. Mas, naquilo que depender do governo, dificilmente ele ocupará o cargo. O Palácio do Planalto vem mapendo

os cargos de segundo e terceiro escalões e apadrinhados do União e do PP e a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, tem o aval do presidente para seguir com a faxina. O governo quer aproveitar a popularidade em alta para deixar claro que não faz sentido manter indicações de partidos que têm trabalhado para impor derrotas, sobretudo na Câmara, às propostas que lhe são de interesse.

O Planalto decidiu exonerar os apadrinhados do União, do PP e do PSD - que não deu ultimato para que ninguém deixasse o governo Lula - depois da derrubada da medida provisória que substituiria o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para pessoas jurídicas e físicas. A "limpa" alcança cargos na Caixa Econômica Federal, na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e na superintendências no Ministério da Agricultura.

As exonerações não param por aí. No Diário Oficial da União (DOU) de ontem, constavam as demissões de diretores ligados ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, incluindo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs). A expectativa é de que as exonerações de afilhados do Centrão vão continuar e atingir todos os deputados que votaram contra o governo na derrubada da MP.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7921/15-10-2025.html?all=1>

Corte de emendas pode superar R\$ 7,5 bi, diz Haddad

Guilherme Pimenta e Ruan Amorim De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que recebeu acenos de parlamentares dispostos a "corrigir o que aconteceu com a queda" da medida provisória (MP) alternativa ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Também afirmou que o governo poderá cortar mais do que R\$ 7,5 bilhões em emendas parlamentares para compensar a queda da MP. Questionado sobre uma possível mudança na meta de resultado primário do governo federal para 2026, disse que "não, a gente vai conversar sobre cenários".

Ele participou de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado para debater o projeto que isenta de Imposto de Renda (IR) pessoas físicas que ganham até R\$ 5 mil ao mês.

"Amanhã [quarta-feira] devemos começar a trabalhar o tema [compensação à queda da MP], mas já recebi de diversos parlamentares acenos no sentido de corrigir o que aconteceu", disse.

Ainda na semana passada, logo após a derrubada do texto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que se reuniria com Haddad hoje, quando voltasse de viagem ao exterior. Na ocasião, a Câmara dos Deputados decidiu não votar a MP em questão, que elevava a alíquota de determinados **impostos** incidentes sobre ativos financeiros. O texto previa para 2026 corte de R\$ 10 bilhões em despesas e arrecadação adicional de pouco mais de R\$ 20 bilhões. Os montantes eram considerados cruciais para cumprir a meta de superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), ou R\$ 34,3 bilhões, estabelecida para 2026.

"Eu vejo no Senado e também em algumas lideranças da Câmara, agora que a poeira baixou, a compreensão de que isso [derrubada da MP] vai ter efeito sobre outros processos, como dificuldades para fechar peça orçamentária, necessidades de corte em áreas prioritárias, em emendas", disse Haddad. "Com a volta do presidente, vamos sentar com os líderes para buscar uma solução para o Orçamento."

Aos parlamentares Haddad afirmou por exemplo que caso o governo federal não encontre fontes de recursos nos moldes pretendidos inicialmente, poderá

cortar emendas do próximo ano. Segundo ele, um corte de R\$ 7,5 bilhões pode até mesmo ser insuficiente.

Questionado se uma mudança de meta de resultado primário está na mesa, respondeu que "não", afirmando que cada cenário tem uma "consequência".

"[O governo] vai ter que acomodar uma porção de coisas que estavam planejadas para o ano que vem e que não vão acontecer", disse o ministro.

Além do impacto fiscal em si, Haddad defendeu que a MP era importante por aumentar a carga tributária sobre bets, por exemplo.

"Não estamos demonizando nenhuma atividade econômica, mas elas têm que dar uma contribuição proporcional aos efeitos que geram", disse. "Ninguém acha injusto sobretaxar cigarros e bebidas."

Ainda afirmou que a MP reduzia "discrepâncias que estão causando distorções relevantes" nas taxas cobradas por títulos públicos e privados. A MP acabava, por exemplo, com a isenção de títulos privado que atualmente são isentos ou têm condições mais favoráveis de cobrança de IR. Entre esses títulos, estão Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e Letras de Crédito Imobiliário (LCI).

Na frente monetária, o ministro afirmou que não quer um Banco Central (BC) "leniente" com a **inflação** e disse que o modelo de meta contínua adotado no ano passado dá ao próprio BC "uma liberdade maior para adequar sua trajetória" de condução da Selic. Nesse modelo, a autoridade não mira mais uma meta de **inflação** para o ano, mas sim a cada mês a **inflação** acumulada em 12 meses. Atualmente, a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto para cima ou para baixo. Caso a trajetória de preços fique fora do intervalo por seis meses seguidos, a meta é considerada descumprida.

"Vamos sentar com os líderes para buscar solução para o Orçamento" Fernando Haddad

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251015>

Corte de gastos é vital, mas difícil

O arcabouço fiscal, com a retirada de cada vez mais itens do limite de aumento real das despesas públicas de 2,5% ao ano, tornou-se irrelevante. Diante da rejeição popular à alta de **impostos**, o avanço contínuo da dívida pública exige cortes profundos de gastos para evitar que a parcela discricionária do orçamento se torne insuficiente para a operação da máquina pública a partir de 2027. Os problemas já são visíveis, com agências reguladoras sem recursos e Forças Armadas com estrutura obsoleta.

Não há como conter os gastos públicos sem mudanças na **Previdência Social**, na folha de funcionalismo e nos programas sociais. Na parte previdenciária, o benefício mínimo não pode seguir igual ao salário mínimo (SM), até porque a alta do SM reflete ganhos de produtividade dos trabalhadores ativos, não dos aposentados. A ampliação da idade para aposentadoria e a equiparação da idade mínima de mulheres e homens também são necessárias. A nova legislação precisa determinar que os benefícios sejam calculados de forma proporcional, sem carências, às regras vigentes em cada período de trabalho. Ademais, o governo tem de impor regras rígidas para aposentadoria dos servidores, em particular militares, limitando os pagamentos, sem muitas exceções, ao teto constitucional.

O enquadramento na aposentadoria rural também tem de ser aprimorado, pois parte dos beneficiários pouco ou nunca trabalhou no campo. O tempo na ativa e o valor pago por trabalhadores rurais também precisam aumentar, pois o valor presente dos benefícios é muito superior ao das contribuições capitalizadas. Embora o projeto de reforma administrativa incorpore um plano de cargos e salários mais adequado, a nova progressão de carreira e os limites para penduricalhos não atenuam muito a expansão das despesas obrigatórias.

Mesmo em eventual governo de oposição, o perfil do novo Congresso tende a ser semelhante ao atual, o que torna otimista sobre alterações profundas. Uma reforma ampla é, portanto, pouco provável, com exceção das regras para os militares e do reajuste do benefício mínimo.

Os gastos sociais também requerem ajustes. O Bolsa Família (BF), com orçamento de R\$ 160 bilhões em 2025 e mais de 19 milhões de famílias atendidas ou 50 milhões de pessoas, precisa de um cadastramento mais rigoroso e da revisão do número excessivo de famílias unipessoais, hoje em torno de quatro milhões.

Para favorecer a reinserção no mercado de trabalho e estimular a saída gradual do programa, o BF deveria limitar os valores por tipo de beneficiário e impor contrapartidas mais firmes, como assiduidade escolar, adesão a programas de saúde e participação em iniciativas de qualificação.

O BPC, com orçamento de R\$ 120 bilhões neste ano e 6,5 milhões de atendidos, é o programa que mais demanda ajustes. Embora com menos de 15% de beneficiários, os gastos do programa alcançam 75% das despesas do BF. Um dos problemas mais graves é o desestímulo à contribuição previdenciária dos trabalhadores com rendimentos próximos a 1 SM, pois o BPC garante esse valor aos 65 anos sem pagamentos prévios ao **INSS**, bastando ter renda familiar per capita inferior a 25% do SM. A correta incorporação do B14Z ao BF, com equiparação de benefícios, contudo, é pouco provável, diante da resistência de parlamentares, especialmente do Norte e Nordeste, cujas bases dependem bastante de transferências federais.

Os gastos da saúde e da educação também têm de ser repensados. A legislação destina, no mínimo, 15% da Receita Corrente líquida à saúde e 18% da receita de **impostos** e transferências à educação, além de requerer complementação federal ao Fundeb de, no mínimo, 23% dos seus recursos e o atendimento ainda não alcançado de uma alocação de 10% do **PIB** na educação. A redução desses percentuais em 2027 é viável, mas será necessário enorme empenho do governo.

O abono salarial, com orçamento de R\$ 31 bilhões em 2025 e 26 milhões de trabalhadores beneficiados, perdeu sentido após os recorrentes aumentos reais do SM. Mesmo com a redução gradual do teto do rendimento de 2 SM para 1,5 SM a partir de 2024, não há mais justificativa para sua existência. O ideal seria incorporar seus beneficiários mais vulneráveis ao BF, hipótese possível apenas sob um governo de oposição, pois o atual dificilmente extinguiria o benefício.

Apesar da restrição fiscal, a atual gestão e o Congresso seguem propondo novos programas sociais, como o Gás do Povo. Mesmo que a transferência direta de renda seja a forma mais eficaz de reduzir vulnerabilidades e malfeitos, os políticos preferem criar programas que possam chamar de seus, o que dificulta o encerramento de iniciativas ineficientes.

As emendas parlamentares, com dotação de R\$ 50 bilhões em 2025, também precisam ser revistas, diante da falta de transparência e de controle. Não é realista, porém, esperar redução de valores e da parcela com desembolso obrigatório. Ao contrário, é provável que esses recursos aumentem e que o Congresso diminua o percentual passível de bloqueio. A esperança, portanto, é de que o STF imponha uma fiscalização mais rigorosa dessas emendas pelo TCU e pelos parlamentares.

Todos esses ajustes estão longe de triviais, ainda mais sob a ilusão de que basta eliminar a corrupção e restringir os privilégios de alguns poucos para equilibrar as contas públicas. Os obstáculos resultam da resistência de diversos grupos com forte influência sobre o governo e o Congresso, que tratam suas vantagens como direitos adquiridos e irrevogáveis. Assim, sem grande determinação do governo eleito, mudanças na Previdência, na folha de pagamentos e nos programas sociais não avançarão, até porque a avaliação dos parlamentares depende da visibilidade nas redes sociais e do volume de recursos destinados aos seus redutos, e não da sua responsabilidade fiscal. Nesse contexto, o mais provável é que os ajustes fiquem aquém do necessário para garantir a sustentabilidade da dívida, com a sociedade enfrentando, em poucos anos, as consequências da negligência no trato das contas públicas.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188364>

Governo busca R\$ 20 bi para os Correios

GUSTAVO CÔRTEZ

O governo busca empréstimo de R\$ 20 bilhões do Banco do Brasil, da Caixa e de instituições privadas para socorrer os Correios. A operação deve ter garantias da União e estar condicionada a medidas para sanear a gestão da estatal para recompor as perdas dos últimos três exercícios e dos dois primeiros trimestres deste ano - o prejuízo foi de R\$ 2,6 bilhões só de abril a junho.

Esses recursos provenientes de crédito serviriam para viabilizar medidas como um programa de demissões voluntárias e o cumprimento de dívidas com fornecedores, além de investimentos com vistas ao ganho de eficiência.

A informação foi publicada, inicialmente, pelo jornal Folha de S.Paulo e confirmada pelo Estadão.

Em setembro, o novo presidente da estatal, Emmanoel Schmidt Rondon, um funcionário de carreira do Banco do Brasil, assumiu o cargo no lugar de Fabiano da Silva. A gestão anterior se queixava de medidas do Ministério da Fazenda, como a chamada "taxa das blusinhas", que fechou o cerco contra a importação de produtos de pequenos valores sem pagamento de **tributos**.

A dificuldade financeira dos Correios gerou cobranças por parte de fornecedores, que recorreram à Justiça por conta de pagamentos em atraso. Há ainda compromissos já assumidos com bancos privados, entre os quais o BTG Pactual, um dos possíveis credores nesse novo socorro articulado pelo Palácio do Planalto.

PREJUÍZOS. Desde 2022, a estatal vem apresentando prejuízos, mas o resultado negativo vem piorando semestre a se-

Sede dos Correios, em Brasília; empresa acumula prejuízos mestre. Naquele ano, a empresa fechou no vermelho em R\$ 767 milhões, com pequena melhora para um prejuízo de R\$ 596 milhões em 2023. Em 2024, contudo, o rombo chegou a R\$ 2,59 bilhões.

No início de setembro, a empresa anunciou um prejuízo de R\$ 4,37 bilhões no primeiro semestre neste ano - um aumento de 222% em relação ao rombo de R\$ 1,35 bilhão registrado no mesmo período do ano anterior.

Só no segundo trimestre, o prejuízo chegou a R\$ 2,64 bilhões - um aumento de quase cinco vezes em relação ao rombo de R\$ 553 milhões no mesmo período de 2024.

Na divulgação do balanço, a empresa afirmou que "enfrenta restrições financeiras decorrentes de fatores conjunturais externos que impactaram diretamente a geração de receitas". "Entre os principais motivos, destaca-se a retração significativa do segmento internacional, em razão de alterações regulatórias relevantes nas compras de produtos importados, que provocaram a queda do volume de postagens e o aumento da concorrência, resultando na redução das receitas vinculadas a esse segmento", argumentou a empresa, se referindo de forma indireta à "taxa das blusi-nhas" implementada pelo governo Lula.

Em entrevista ao Estadão em meados de julho, a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, reconheceu os problemas financeiros da estatal e afirmou que a solução para reverter o quadro passa por cortes de custos e aumento de receitas.

"Tem de cortar custos de um lado e buscar receita de outro. Essa é a solução para os Correios, e num setor que está passando por transformação", disse Dweck.

Ela afirmou ainda que os Correios perderam o monopólio de entregas no País, ao mesmo tempo que foi mantida a obrigação de garantir fornecimento de serviços postais em todo o território nacional, incluindo áreas remotas e pouco lucrativas.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad: alternativa a subir IOF não afeta consumo ou crédito

WAL LIMA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, adiantou, ontem, que o governo já trabalha em uma alternativa ao aumento do IOF, que havia sido cogitado como forma de compensar a perda de arrecadação.

Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, reafirmou, ainda, o compromisso de aprovar, este ano, a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil por mês e defendeu a aprovação do texto que veio da Câmara sem grandes alterações.

Segundo Haddad, o possível substituto do aumento do IOF seria um mecanismo de arrecadação mais moderno e previsível, que não puna o consumo ou o crédito produtivo.

"Estamos discutindo, internamente, outras formas de compensação, que não passem por aumentar **impostos** sobre operações financeiras. A ideia é construir algo mais estável, que não gere volatilidade nem impacto sobre a classe média", adiantou.

O Projeto de Lei (PL) 1.087/25, que amplia a faixa de isenção do IR, aguarda análise do Senado, onde o relator é o senador Renan Calheiros (MDB-AL).

O texto prevê isenção total para rendimentos mensais de até R\$ 5 mil e parcial para quem recebe até R\$ 7.350, com descontos progressivos. Haddad espera que a nova tabela comece a valer em 1º de janeiro de 2026.

Haddad destacou que o PL não tem caráter arrecadatório e que as perdas serão compensadas com o novo modelo de tributação de rendas mais altas. O ministro explicou que o projeto cria um "imposto mínimo" para pessoas físicas com rendimentos superiores a R\$ 50 mil por mês, afetando cerca de 141 mil contribuintes.

"Não se trata de arrecadar mais, mas de corrigir uma injustiça. Esses 141 mil brasileiros têm uma alíquota média efetiva de apenas 2,5%. São pessoas do andar de cima que vão contribuir um pouco mais para que milhões tenham mais justiça", afirmou.

Redução de benefícios

Haddad também defendeu a redução de benefícios fiscais e de práticas como a pejetização - quando profissionais são contratados como pessoas jurídicas para pagar menos **tributos**.

Ele reforçou que, mesmo com as desonerações, o país vive um momento de equilíbrio das contas públicas e recuperação econômica.

O ministro afirmou que o ganho médio dos 10 milhões de trabalhadores beneficiados pela isenção total do IR será de cerca de R\$ 3,5 mil por ano, o equivalente a um "14º salário". Segundo ele, o reajuste da tabela corrige a defasagem de sete anos sem atualização.

A expectativa do governo é que o texto seja aprovado até o fim de novembro, sem grandes alterações.

"Estamos muito perto do final do ano. Precisamos sancionar e regulamentar para que a nova tabela entre em vigor no dia 1º de janeiro", disse Haddad.

Já o relator Renan Calheiros afirmou que as mudanças feitas pela Câmara exigem cautela e compensações adicionais, como no caso da isenção de IR para investimentos imobiliários e do agronegócio.

"Pode haver brechas para fraude se empresas registrarem dividendos como se não fossem tributáveis. O Senado precisa garantir mecanismos de compensação claros", afirmou.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7921/15-10-2025.html?all=1>

Apesar da inflação, Fed deve seguir com cortes de juros, indica Powell

WASHINGTON

O presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Jerome Powell, indicou ontem que ainda há espaço para reduzir os custos de financiamento neste ano, numa tentativa de sustentar o mercado de trabalho, mesmo diante da recente reacele-ração da **inflação**. Falando em um evento da Associação Nacional de Economia Empresarial, Powell manteve a linha de seus últimos discursos: o Fed precisa reagir à desaceleração da criação de empregos e a outros sinais de fraqueza no mercado de trabalho.

Embora tenha reconhecido que a atividade econômica segue "numa trajetória um pouco mais firme do que se esperava", Powell alertou que "os riscos negativos para o emprego parecem ter aumentado". A avaliação reforça a expectativa de que o Fed promova novos cortes de juros em suas duas reuniões restantes de 2025 - nos dias 28 e 29 de outubro e em dezembro.

Powell admitiu a intenção de seguir reduzindo os juros mesmo sem dados completos do go-verno, já que a paralisação orçamentária em Washington atrasou a divulgação de estatísticas, como o relatório de empregos de setembro. O índice de preços ao consumidor, por exemplo, que deveria sair hoje, só será publicado em 24 de outubro.

Powell disse que a falta de estatísticas é um problema, mas destacou que o Fed conta com diversas fontes de informação públicas, privadas e uma "rede nacional de contatos" que fornecem "informações valiosas". Mas frisou que os dados governamentais são o "padrão-ouro" e insubstituíveis.

PARADOXO. A escassez de dados complica ainda mais a tarefa do Fed, que já enfrenta o que Powell chama de "um caminho sem risco zero": proteger o emprego pode agravar a **inflação**, e conter preços pode enfraquecer demais a economia.

Powell e outros dirigentes, como John C. Williams, presidente do Fed de Nova York, veem a recente alta inflacionária como um fenômeno temporário, impulsionado pelo tarifaço, que teria efeito pontual sobre itens como alimentos e móveis. Williams disse não enxergar "efeitos de segunda ordem" dos **impostos** sobre os preços, mas apontou riscos

maiores ao mercado de trabalho.

Nem todos os formuladores de política monetária concordam. Alguns estão mais preocupados com a **inflação**, especialmente após o presidente dos EUA, Donald Trump, ameaçar aplicar tarifas de 100% sobre todos os produtos chineses se Pequim não aliviar restrições sobre minerais estratégicos (mais informações nesta página).

Além da política de juros, Powell comentou o balanço patrimonial do Fed, hoje em torno de US\$ 7 trilhões. Ele admitiu que a instituição demorou para encerrar a compra de títulos públicos após a crise da pan-demia e defendeu mais agilidade no uso desse instrumento. Atualmente, o Fed vem reduzindo o balanço de forma "delibera-damente cautelosa", já que alguns indicadores mostram sinais de aperto gradual de liquidez no sistema bancário. nyt

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad vai discutir LDO em ligação para Alcolumbre

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, negou ontem que o governo esteja considerando mudar a meta fiscal de 2026 e afirmou que deve conversar ainda hoje com o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), para discutir os cenários da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) após o adiamento da votação na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O revés do governo na medida provisória (MP) alternativa ao IOF, que previa aumento de **impostos** sobre aplicações financeiras, fintechs e bets, eleva o risco de uma mudança da meta para as contas públicas em 2026, na avaliação de especialistas em política fiscal.

Em 2026, o governo terá de entregar pela primeira vez no terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva um resultado positivo para as contas públicas.

A meta é de superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), ou R\$ 34,3 bilhões, com limite de tolerância até zero.

"Não (a mudança da meta não está na mesa). Cada cenário tem uma consequência.

Eu preciso explicar para ele (Davi Alcolumbre) quais vão ser as consequências de cá", disse o ministro, após participar de audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Haddad explicou que a conversa com Alcolumbre servirá para apresentar as consequências de cada alternativa em análise diante da frustração de receitas causada pela derrubada da medida provisória alternativa ao IOF, que criaria novas fontes de arrecadação.

"Eu vou ligar para ele, porque ele pediu para eu, saindo daqui, ligar para ele, para ver se encaixava uma conversa. Eu estou tranquilo em relação a isso, eu só quero levar ao conhecimento dele as consequências de cada um dos cenários que ainda estão em aberto", afirmou.

A análise do relatório da LDO foi adiada a pedido do governo, que solicitou mais tempo para avaliar ajustes no texto. O presidente da CMO, senador Efraim Filho (União-PB), disse que o pedido partiu de Alcolumbre,

em nome de Haddad, e que a votação deve ocorrer na quarta-feira, com previsão de análise em plenário na quinta.

"O senador Davi me encaminhou uma solicitação cordial para que adiássemos a votação do relatório da LDO. Ele mantém, no entanto, a perspectiva de votar o texto na sessão de quinta-feira, que terá apenas duas pautas: o veto do licenciamento ambiental e a LDO", afirmou Efraim.

O senador, porém, criticou a condução fiscal do governo Lula, alegando que o Executivo prioriza medidas de arrecadação e negligência o corte de gastos.

O adiamento ocorreu em meio à disputa sobre o pagamento antecipado de emendas parlamentares, incluído no relatório pelo deputado Gervásio Maia (PSB-PB). O dispositivo obriga o repasse das verbas até três meses antes das eleições municipais, o que reduz a margem de manobra fiscal do Planalto e é visto pelo governo como uma ameaça à execução orçamentária de 2026.

No Congresso, a medida é defendida como forma de dar previsibilidade a prefeitos e evitar a paralisação de obras, mas no Planalto a avaliação é de que o caráter eleitoral da regra enfraquece a articulação política do Executivo e compromete o esforço de equilíbrio fiscal.

Site: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com/home>

LDO é o novo campo de batalha

DANANDRA ROCHA E VANILSON OLIVEIRA

O governo federal se prepara para uma quinta-feira decisiva no Congresso.

Deputados e senadores devem se reunir, em sessão conjunta, para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026. O relatório do deputado Gervásio Maia (PSB-PB) projeta superavit primário de R\$ 34,3 bilhões (0,25% do **PIB**) para o próximo ano.

Nos bastidores, líderes do governo e da oposição admitem que, amanhã, será um teste de força. Enquanto o palácio do Planalto tenta assegurar a aprovação da LDO sem novas concessões, parlamentares da base cobram mais diálogo e articulação política. Petistas e aliados temem que o texto engesse o Orçamento de 2026 ao obrigar o pagamento de todas as emendas parlamentares até o primeiro semestre, reduzindo a margem de manobra do Executivo.

Já a oposição vê na medida uma vitória política: a garantia de execução das emendas em pleno ano eleitoral.

Na Comissão Mista de Orçamento, o presidente Efraim Filho (União Brasil-PB) confirmou a votação da LDO para hoje, após pedido do senador Davi Alcolumbre (União Brasil- -AP). O governo solicitou mais tempo para discutir ajustes no texto com o relator e com o senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator da matéria correlata no Senado. (Com WL)

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7921/15-10-2025.html?all=1>

França: premier adia reforma da Previdência para não cair de novo

Menos de uma semana depois de ser reconduzido ao cargo, o premier da França, Sébastien Lecornu, anunciou a suspensão da reforma da Previdência até 2027, quando o país escolherá o novo presidente. A decisão ocorre em meio a uma tempestade política no governo do atual líder, Emmanuel Macron, que ameaçou convocar eleições legislativas se Lecornu for derrotado em moções de censura previstas para os próximos dias.

A suspensão da reforma foi feita em um discurso diante da

Assembleia Nacional, dedicado ao Orçamento do ano que vem, hoje o principal desafio do governo de Macron:

-Digo isso de forma muito direta: suspender por suspender não faz sentido. Suspender qualquer coisa como pré-requisito [para negociações] seria irresponsável. Essa suspensão deve gerar a confiança necessária para construir novas soluções -disse Lecornu.

A reforma foi um dos temas mais controversos dos dois mandatos de Macron, por mexer em modelos conhecidos há décadas e que ajudavam a compor a rede de proteção so-

cial francesa, e também por ter sido aprovada por decreto. O ponto central do plano é a elevação da idade mínima para a aposentadoria de 62 para 64 anos para a maior parte dos trabalhadores, com a obrigação de ao menos 43 anos de contribuição, e alterações em categorias específicas.

GESTO À OPOSIÇÃO

Com o anúncio, Lecornu faz um gesto à oposição, tanto para avançar com o projeto de Orçamento -que deve conter impopulares medidas de corte de gastos, de forma a enfrentar o elevado endividamento público, hoje relativo a 115,8% do PIB -como para permanecer no cargo. Na semana passada, quatro dias após renunciar, ele foi reconduzido por Macron, e no domingo anunciou seu Gabinete, composto por 34 ministros.

- Não apresentei a vocês um programa de longo

prazo. Este é um governo com uma missão -disse Lecornu. -A tarefa urgente é restaurar o sentido da política, restaurar a confiança na política e respeitar os compromissos de todos, inclusive os da oposição.

Pelas primeiras declarações, a estratégia passou longe de ser unanimidade. Manuel Bompard, coordenador do LFI, chamou a suspensão de "tática de adiamento". Marine Tondelier, líder do Partido

Verde, confirmou que votará contra Lecornu amanhã, quando as moções de não confiança serão apresentadas, e disse que o atual premier é "pior do que François Bayrou", seu antecessor.

Lecornu é o sétimo premier do governo Macron, e sua destituição poderá agravar ainda mais a situação de um presidente sem o apoio do Legislativo, com índices de aprovação baixos e que não consegue manter um Gabinete intacto por mais de um ano. Muitos na oposição e alguns ex-aliados já falam abertamente em sua renúncia, cerca de dois anos antes do final do mandato.

Ontem, Macron disse que, caso Lecornu seja derrubado, poderá convocar novas legislativas, algo que as principais siglas da oposição veem como oportunidades para ampliarem seu poder e, eventualmente, pressionar pela escolha do novo premier.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo busca acordo para projeto sobre tarifaço

Gabriela Guido e Giordanna Neves De Brasília

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está em busca de um acordo com senadores da oposição para que o projeto que retira os gastos com o tarifaço das metas fiscais de 2025 e de 2026 não crie um novo problema para o Executivo. A conclusão da votação estava prevista para a semana passada, mas ainda não aconteceu. O problema, de acordo com a equipe econômica, é um requerimento da oposição para manter essas despesas dentro da meta de resultado primário.

Ao excetuar do arcabouço fiscal os gastos com a mitigação da tarifa aplicada pelos Estados Unidos aos produtos brasileiros, o projeto apresentado pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), salva o Executivo de um impacto de R\$ 9,5 bilhões nas metas fiscais até 2026. Senadores da oposição, entretanto, apresentaram dois requerimentos para votação em separado do trecho que trata da retirada das despesas da meta fiscal, procedimento conhecido como "votação em destaque".

Integrantes da equipe econômica ouvidos pelo Valor afirmaram que há uma preocupação do governo de perder na votação dos destaques. Este seria o motivo pelo qual o texto ainda não voltou a ser discutido no Senado. O temor está relacionado com a derrubada da medida provisória (MP) alternativa à alta do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) na semana passada pela Câmara.

O plenário do Senado já aprovou o texto-base do projeto, mas a apreciação desses trechos, que aconteceria na última quarta-feira (8), foi adiada por conta do revés imposto ao governo pelos deputados.

Essa votação não entrou na pauta do plenário desta semana e ainda não tem data para acontecer. Questionado sobre o motivo da postergação, Wagner disse ao Valor que busca um acordo para a retirada dos destaques. Se esses trechos forem modificados pelos senadores, haverá uma desfiguração do texto apresentado pelo governo, avaliou o líder.

"Isso [despesas com o tarifaço] não é um gasto ordinário, é uma emergência, como foi no Rio Grande do Sul. E você quer que eu jogue isso no fiscal? Eu estou esperando que haja bom senso nessa matéria.

Espero [que a oposição retire os destaques]", declarou Wagner.

Neste momento, a meta definida pelo governo em 2026, de um superávit de 0,25% do **PIB**, já está pressionada pela queda da medida provisória e uma possível não aprovação do projeto que faz um corte linear de 10% dos benefícios tributários e eleva a tributação sobre o crédito presumido.

Parlamentares da oposição, sob reserva, consideram possível um acordo no projeto do tarifaço com o governo federal. Eles avaliam que incluir os gastos nas metas fiscais não é uma briga que eles queiram "comprar" neste momento e, com isso, não devem insistir na manutenção dos destaques.

Ao mesmo tempo, o Executivo tem urgência para aprovar este projeto, uma vez que ele possibilita o aporte de recursos para linhas de créditos voltadas a pequenos e médios exportadores. Ao todo, o texto autoriza a União a aportar R\$ 1,5 bilhão no Fundo Garantidor do Comércio Exterior (FGCE), R\$ 2 bilhões no Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) e R\$ 1 bilhão no Fundo de Garantia de Operações (FGO) nas linhas de crédito.

"Isso [despesas com o tarifaço] não é gasto ordinário, é emergência" Jaques Wagner

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251015>

"Brasil precisa ver como vai lidar com mais produtos chineses"

Anais Fernandes e Bruna Furlani De São Paulo

Com mercado consumidor local razoável, entre outras características, o Brasil parece relativamente bem posicionado para enfrentar tensões geopolíticas e econômicas globais no médio longo prazo, envolvendo, por exemplo, as políticas comerciais dos Estados Unidos. Mas pode haver um desafio futuro, consequência indireta da guerra tarifária do presidente americano, Donald Trump: a larga entrada de produtos da China. É o que aponta Nathan Sheets, economista-chefe global do Citi.

"Em três a cinco anos, esse pode se tornar o maior problema: como vocês estarão gerenciando as exportações da China [para o Brasil] e o que isso vai significar para a economia e o comércio do Brasil?"

Apesar de reconhecer que, no curto prazo, o Brasil foi "arrastado por divergências políticas e ideológicas" entre seu presidente, Lula, e Trump, Sheets se mostra otimista com a relação comercial entre os dois países no horizonte mais amplo. O fato de o Brasil, inclusive, ter déficit comercial com os americanos "deve contribuir para uma postura menos agressiva dos EUA", diz. "Parece que há espaço para negociação aí. Eu estaria otimista em relação ao corredor comercial EUA-Brasil, se não em um horizonte de três ou seis meses, em um de três a cinco anos", afirma.

Já a relação EUA-China se estabeleceu como uma "competição estratégica" e a rivalidade contínua seguirá trazendo episódios de escala e desescalada como o observado nos últimos dias, diz Sheets.

Em relação ao dólar, ele tem a avaliação de que a tendência de longo prazo é a moeda continuar se enfraquecendo globalmente. No curto prazo, porém, Sheets diz esperar certa estabilidade, porque há forças diversas atuando, como o corte de juros nos EUA, puxando o dólar para baixo, e a resiliência da economia americana, trazendo a moeda para cima, principalmente se o país continuar a receber impulso da inteligência artificial (IA).

Em um relatório recente, o Citi comparou os investimentos em IA nos EUA ao paradigma do boom da internet nos anos 1990. Embora as evidências de impacto generalizado da IA na produtividade americana ainda sejam limitadas, o Citi estima que ela

pode trazer um ganho total de produtividade de 6% a 16% ao longo de uma década.

Veja a seguir os principais trechos da entrevista:

Valor: Recentemente, vimos, de novo, escala e depois distensão na relação entre EUA e China. Como vocês têm acompanhado isso?

Nathan Sheets: O que vimos nos últimos dias reflete a divisão cada vez mais profunda entre os EUA e a China. Em Washington, uma década atrás, houve um debate sobre como encarar a ascensão da China, se haveria potencial de ser vantajoso para todos ou se seria um jogo de soma zero. A ascensão da China significou ameaças, desafios e dificuldades para os EUA e outros países, esse debate em Washington está definido. A conclusão geral, pelo menos até o momento, é que se trata de uma competição estratégica. Tem sido assim nos últimos sete anos. Isso significa que haverá tensões e intensificações episódicas, como nos últimos dias, em um contexto de pressões contínuas. Agora, mais especificamente, acredito que o governo Trump, ao implementar as tarifas, esteja tentando atingir uma série de objetivos.

Valor: Quais?

Sheets: Um dos principais é limitar o acesso da China ao mercado americano. E os efeitos das tarifas até agora neste ano foram claramente os mais severos nesse sentido. O vaivém dos últimos dias, creio, manifestou isso. Pode ser que o presidente Xi Jinping, ao entrar no que parecia ser uma discussão com Trump, estivesse fazendo uma exibição de força em alguns de seus anúncios, incluindo sobre minerais críticos e terras raras. Mas não creio que o presidente Trump queira entrar nesse tipo de processo e ele respondeu com veemência. A postura que normalmente ocorre antes de uma cúpula levou a uma rápida escalada. Agora, os dois lados estão em uma posição tensa, tentando refletir: bem, o que vamos fazer a respeito?

Valor: Qual a sua expectativa?

Sheets: Acredito que veremos alguns passos, provavelmente graduais, nos próximos dias e semanas em direção à desescalada. Mas isso é apenas uma manifestação dessas tendências mais profundas. Eu

imagino que veremos novos episódios de escalada, ameaças e desescalada nos próximos meses e anos. Isso se dá no contexto dessa rivalidade contínua, da competição estratégica entre os dois lados.

Valor: E como o sr. vê a situação do Brasil em relação aos EUA?

Sheets: Acredito que há uma situação em que o Brasil, a médio e longo prazo, pode estar relativamente bem posicionado. Primeiro, porque é uma grande economia emergente com uma demanda interna razoável. Simplesmente, o Brasil não é tão dependente de exportações para os EUA como muitos outros países. Além disso, o Brasil tem, de fato, um déficit comercial com os EUA. Isso também deve contribuir para uma postura menos agressiva dos EUA. O que aconteceu é que alguns desses fundamentos nesse conflito comercial foram arrastados por divergências políticas e ideológicas entre os dois presidentes. Mas me parece que há espaço para negociação aí. Eu estaria otimista em relação ao corredor comercial EUA-Brasil, se não em um horizonte de três ou seis meses, em um de três a cinco anos. Uma última reflexão para o Brasil: à medida que os EUA fecham ou pelo menos limitam cada vez mais o acesso da China ao mercado americano, a China buscará outros bolsões de demanda ao redor do mundo. Isso inclui a Europa, que terá de decidir quanto vai absorver, e acho que o Brasil também terá maior acesso aos produtos chineses. O que isso significa para o consumidor brasileiro? Que produtos de custo relativamente baixo, provavelmente, serão atrativos. O que isso significa para a situação comercial do Brasil?

Os países periféricos estão se saindo melhor, mas ainda apresentam altos níveis de endividamento"

Valor: O que significa?

Sheets: Pode se tornar um problema maior a médio prazo. É mais um efeito indireto do que direto das tarifas. Mas em três a cinco anos, esse pode se tornar o maior problema: como vocês estarão gerenciando as exportações da China [para o Brasil] e o que isso vai significar para a economia e o comércio do Brasil?

Valor: O sr. acha que a entrada de produtos chineses, no futuro, pode desafiar a produção brasileira?

Sheets: É algo a se pensar. Você pode argumentar que é uma grande oportunidade, já que a China terá uma enorme oferta de produtos que estava vendendo aos EUA e que, para vender em outros países, estará comprometida em encontrar um preço que faça isso funcionar. Mas o que isso significa para a balança comercial [do Brasil]? Isso tira espaço da produção e da manufatura nacionais? Quais são as implicações

disso? Há ainda um outro ângulo sobre o tema, que é a retaliação contra os EUA quando implementam as tarifas.

Valor: Como assim?

Sheets: Ela tem sido bastante limitada, mas um setor em que há retaliação é no agrícola. Na medida em que produtos agrícolas americanos não podem ser vendidos na mesma proporção na China, isso pode significar oportunidades para o Brasil. Mas também pode significar uma concorrência global maior para os agricultores brasileiros. Como isso vai se desenrolar no setor agrícola pode ter implicações importantes ao Brasil.

Valor: Acha que o mercado está mais acostumado com as ameaças de Trump a outros países e menos propenso a reações extremas?

Sheets: Já se passaram quase nove meses do segundo mandato de Trump e estamos nos familiarizando cada vez mais com a forma como esse governo opera, adquirindo noção melhor do que eles provavelmente farão e não farão e quais podem ser as implicações das várias políticas. Nada foi totalmente implementado e ainda estamos aprendendo em tempo real, mas temos uma noção melhor de onde as coisas estão. Em outras palavras, a incerteza política, que era alta no início do governo, está começando a diminuir. A incerteza econômica ainda é elevada, mas não tanto quanto era. Acho razoável que os mercados estejam reagindo um pouco menos a esses vários tipos de ameaças. No entanto, acabamos de ver um episódio em que Trump e Xi tiveram um forte desentendimento e os mercados reagiram significativamente. A trajetória é em direção a uma espécie de aclimação ao estilo de atuação de Trump, redução da incerteza política e da incerteza econômica, mas ainda existem questões-chave que podem desencadear uma resposta do mercado. Conforme as políticas evoluem, os mercados também não vão ignorar.

Valor: Temos visto um enfraquecimento do dólar no ano, mas, na semana passada, por exemplo, o mercado reagiu. Como vocês estão acompanhando esses movimentos?

Sheets: O fato de o dólar ter caído no primeiro semestre deste ano foi uma grande surpresa. A expectativa, na teoria, quando se colocam tarifas é que o dólar valorize. Essa é uma das razões pelas quais ele subiu após a eleição de Trump. Então, claramente, vimos o surgimento de um prêmio de risco e, em seguida, uma espécie de dólar estável em um nível mais baixo. Além do prêmio de risco, o fato de o Fed [Federal Reserve, banco central dos EUA] ter sinalizado afrouxamento da política monetária, e ter

iniciado o processo de flexibilização, também foi fator em jogo.

Valor: O que o sr. espera para o comportamento do dólar à frente?

Sheets: No curto prazo, não me inclinaria muito para uma direção ou para outra. O Fed vai cortar mais, conforme as expectativas do mercado e que é a nossa expectativa também. Isso criaria alguma pressão baixista. Por outro lado, a economia americana teve um desempenho melhor do que o esperado, e isso, provavelmente, será fonte de força. Acredito que um dólar estável nos níveis atuais é provável nos próximos três ou quatro meses. No longo prazo, ele ainda está em nível historicamente forte. Então, em um horizonte de três a cinco anos, acredito que o dólar tem maior probabilidade de enfraquecer. Para o próximo ano, nosso estrategista de câmbio argumenta, como mencionei, que os mercados estão gradualmente se tornando mais confortáveis com a forma como o governo Trump opera, os cortes do Fed já estão amplamente precificados e há razões para acreditar que a economia dos EUA poderá se sair ao menos tão bem quanto o esperado - pode ser até um pouco melhor, se continuarmos a receber impulso da inteligência artificial (IA). Talvez, no próximo ano, possamos ter um dólar mais forte. É por isso que eu gosto da ideia de um dólar estável. Vejo argumentos para um dólar mais fraco a médio longo prazo, mas também vejo razões para que um pouco da desaceleração que vimos este ano possa ser revertida, e alguns efeitos das tarifas que se esperava que estivessem nas taxas de câmbio comecem a se manifestar. Como equilibrar todos esses diferentes fatores? Talvez, implique dólar meio estagnado. Ficaria surpreso se ele se movesse muito.

Valor: O sr. atuou no Tesouro americano. Como tem acompanhado a questão fiscal dos países?

Sheets: Minha experiência como economista é que sempre que as pessoas argumentam que dessa vez é diferente é preciso ter cuidado, porque, geralmente, não é. Acredito que há razões muito significativas para se preocupar com o desempenho fiscal dos EUA e com os níveis de dívida em muitos países. Temos uma economia global muito endividada, e os setores públicos, em particular, apresentam níveis de dívida notavelmente altos. Nos EUA, a dívida federal está pouco abaixo de 100% do **PIB**. Se incluirmos os governos regionais, estamos acima de 120%. Portanto, o governo americano está muito endividado. E as estimativas sugerem que o governo federal terá déficits, em média, de 6% do **PIB** ao longo da próxima década, o que implicaria uma emissão de títulos do Tesouro nesse período da ordem de US\$ 20 trilhões. Terá de emitir muita dívida. Uma das principais

perguntas que me fazem em reuniões com investidores pelo mundo é: quem vai comprar toda essa dívida e a que taxa? Quais são os riscos associados? Acho que são consideráveis. Acredito que o rendimento dos títulos do Tesouro está mais alto do que estaria se os EUA tivessem níveis de incerteza mais baixos e déficits projetados menores. Mas os EUA não estão sozinhos. A França agora está muito no centro, com desafios políticos aliados à política fiscal. Os níveis de incerteza no Japão estão claramente muito altos. Há muitos outros países com problemas de dívida: Reino Unido, Canadá, muitos outros na Europa continental, como Itália e Bélgica. Os países periféricos estão se saindo melhor, mas ainda apresentam altos níveis de endividamento. Existem alguns mercados emergentes com níveis de dívida superiores a 75% do **PIB**, nas projeções das Nações Unidas, incluindo China, Índia e Brasil.

Valor: Mas os mercados parecem mais lenientes com tudo isso...

Sheets: Até agora, os mercados e a comunidade de investidores têm absorvido a situação. Mas acredito que há muito risco e muita preocupação em muitos lugares sobre o rumo que isso está tomando. Talvez, a gente já tenha visto no Reino Unido, em 2022, tensões com a política fiscal e a emissão. Isso foi resolvido pelo Banco da Inglaterra, com a intervenção do presidente [do banco central, Andrew] Bailey, que comprou títulos do governo. É imaginável que possamos ver mais disso em vários outros mercados, com uma variedade de riscos potenciais.

Valor: O Nobel de Economia deste ano foi para pesquisas relacionando inovação e desenvolvimento. O sr. citou a possibilidade de um "impulso de IA" estimular ainda mais a economia americana, e o Citi elaborou um relatório sobre o tema. Como seria isso?

Sheets: Sim, no nosso relatório, inclusive, citamos alguns trabalhos do Philippe Aghion, que foi um dos ganhadores do Nobel. Eu acho que está claro que a IA, a médio prazo - com alguma incerteza sobre quantos anos levará, digamos três ou quatro anos -, aumentará a produtividade. E a estrutura para pensarmos sobre isso vem de outro ganhador do Nobel, Daron Acemoglu. Ele escreveu um artigo em que disse que uma maneira de analisar o impacto que a IA terá na produtividade é pensar em todas as tarefas sendo realizadas na economia, qual parcela será feita por IA e, então, nessas diversas tarefas, em média, com que produtividade e eficiência seremos capazes de realizá-las. De modo geral, na literatura, chegou-se a um ponto em que 20% a 40% das tarefas na economia podem ser realizadas pela IA. E, nesses 20% a 40% das tarefas, os ganhos de produtividade serão de 30% a 40%. Se tivermos 20% das tarefas

feitas por IA e obtivermos um ganho de produtividade de 30%, isso daria 6% [de ganho de produtividade com IA na economia em geral]. Se tivermos 40% das tarefas com IA e um ganho de produtividade de 40%, isso daria 16%. Quando fazemos isso, acabamos com algo no meio dessa faixa de estimativa, ou seja, um aumento de produtividade de cerca de 1 ponto percentual ao ano, o que seria bastante substancial.

Valor: Mas quando é a virada?

Sheets: Um ponto importante que enfatizamos é que o desempenho recente da produtividade [nos Estados Unidos] ainda não reflete a IA. No entanto, o investimento em IA tem sido muito importante para apoiar a economia. Isso é algo que vimos mesmo durante o primeiro semestre deste ano. Foi um motor significativo do crescimento americano: diretamente por meio dos investimentos; e, depois, o aumento nos preços das ações impulsionou os efeitos sobre a riqueza e os gastos em consumo. Mas a grande questão é quando a IA e esses efeitos que eu descrevi - de, talvez, um ponto percentual ao ano - se manifestarão na produtividade. Ainda parece que faltam alguns anos, mas não mais que alguns. Eu diria que, talvez, dois ou três, três ou quatro anos. As empresas estão investindo e adotando IA vigorosamente. Ainda não é totalmente escalável. Mas, à medida que esses investimentos amadurecem, acredito que veremos cada vez mais impacto nos indicadores de produtividade.

"Há razões muito significativas para se preocupar com o fiscal nos EUA e em outros países"

"Os países periféricos estão se saindo melhor, mas ainda apresentam altos níveis de endividamento"

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251015>

Governo quer rede de trens no Nordeste

Vinicius Konchinski Para o Valor, de Curitiba

O governo federal está estudando a criação de uma rede de trens de passageiros entre capitais do Nordeste para fomentar o turismo na região. Segundo o presidente da estatal Infra S.A., Jorge Bastos, o início da integração ferroviária regional deve começar pela construção de uma linha de cerca de 110 km de extensão entre Recife e João Pessoa.

"A Infra tem estudado trechos com potencial de viabilidade de transporte de passageiros. O primeiro trecho que o Ministério [dos Transportes] deu para a gente estudar é uma ligação entre as capitais que têm a menor distância entre elas. Mais tarde, tendo viabilidade, a linha pode ir até Maceió, Natal e assim vai", disse Bastos, no evento "Logística no Brasil", série de debates promovido pelo Valor, em parceria com a Infra S.A. e o Ministério dos Transportes. Nesta edição, realizada em Fortaleza, o foco é a região Nordeste e contou com a mediação de Marina Falcão, correspondente do Valor no Recife.

Os estudos mencionados por Bastos integram o trabalho de elaboração do Plano Nacional de Logística 2050 (PNL 2050), coordenado pelo Ministério dos Transportes e executado com ajuda da Infra. O plano começou a ser debatido em 2024, por determinação de um decreto presidencial. Uma primeira versão do PNL deve estar concluída ainda em 2025.

Segundo Bastos, o PNL definirá projetos de longo prazo para a melhoria do transporte de cargas e passageiros do país. Será, portanto, uma ferramenta importante para ampliar o potencial de crescimento econômico. "Para crescer, é preciso planejamento de longo prazo", disse. "O Nordeste é um território de grandes potencialidades. Mas, para que esse potencial se converta em desenvolvimento, é preciso investir na infraestrutura."

Flavio Ataliba, economista da Fundação Getulio Vargas (FGV), lembrou no evento que o Nordeste concentra 27% da população do país, mas produz o equivalente a 14% do Produto Interno Bruto (PIB). Ressaltou também que a região, nos últimos dez anos, cresceu mais que a média nacional. Ainda assim, no atual ritmo de crescimento, demoraria 180 anos para conseguir elevar sua participação no PIB ao mesmo patamar de sua participação populacional. "É preciso acelerar o crescimento do Nordeste. Infraestrutura é fundamental nisso", afirmou Ataliba.

George Santoro, secretário-executivo do Ministério dos Transportes, disse que o governo federal aposta na ampliação da rede ferroviária nordestina para dinamizar a economia da região. Segundo ele, pelo menos R\$ 60 bilhões em investimentos estão previstos em ferrovias que beneficiarão o setor produtivo do Nordeste. Ele citou como exemplo a criação de um corredor logístico interligando o Centro-Oeste ao Porto do Sul, em Ilhéus (BA), por meio da conexão da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico) com a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol).

O secretário afirmou que o projeto será um dos maiores da área de transporte do país. Ele deve começar a ser licitado no primeiro semestre de 2026. "O projeto do corredor Leste-Oeste está passando por alguns ajustes. Até dezembro, ele estará na ANTT [Agência Nacional de Transportes Terrestres] para, no início do ano, ser enviado ao TCU [Tribunal de Contas da União]. Provavelmente, o edital será publicado no primeiro semestre do ano que vem", detalhou.

Para Santoro, a criação do corredor beneficiará, sobretudo a mineração e a agricultura nacional, mas também vai criar condições para que cargas industriais sejam transportadas de forma mais eficiente - o que tende a incentivar o investimento industrial no Nordeste.

Outro projeto visto como estratégico é a ferrovia Transnordestina. Tufi Daher Filho, diretor-presidente da Transnordestina Logística, que constrói a linha férrea e que vai operá-la, disse que ela iniciará seu funcionamento em 2027. Em outubro deste ano, ela passará por seus primeiros testes. Serão feitos transportes de cargas, como soja, milho, farelo de soja e calcário, entre Bela Vista do Piauí (PI) e Iguatu (CE).

Fabiano Chaves, subsecretário de Planejamento de Longo Prazo do Ministério do Planejamento e Orçamento, disse que o investimento em transporte pode consolidar o Nordeste como grande produtor e exportador de energia limpa do mundo, por meio do hidrogênio verde. Cloves Benevides, subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes, afirmou que o planejamento da logística também reduzirá as emissões de carbono com uso mais racional dos diversos modais.

Já José Arlan Silva Rodrigues, presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística do Nordeste (Fetranslog-NE), ressaltou que as rodovias não podem ter sua importância

subestimada no planejamento da logística nordestina. Ele lembrou que a Pesquisa de Rodovias da CNT (Confederação Nacional do Transporte) indicou que 1.017 dos 2.446 pontos críticos identificados em estradas do país ficam no Nordeste.

"É preciso acelerar o crescimento do NE. Infraestrutura é fundamental nisso" Flavio Ataliba

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251015>

Inflação na Argentina sobe 2,1 % em setembro

A **inflação** da Argentina ultrapassou o "limite psicológico" de 2% pela primeira vez em cinco meses em setembro, um mês marcado pelas tensões políticas com a aproximação das eleições legislativas, que abalaram os mercados e provocaram uma desvalorização do peso.

Em setembro, a **inflação** mensal avançou 2,1% na comparação com o mês anterior, quando o índice de Preços ao Consumidor (IPC) havia ficado em 1,9%, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec).

Com isso, no acumulado dos últimos 12 meses, a **inflação** ar-

gentina aumentou 31,8%. Em agosto, a alta de preços na base anual tinha sido de 33,6%.

Os resultados veio em linha com o número previstos pela pesquisa Levantamento de Expectativas de Mercado (REM, na sigla em espanhol) do Banco Central da Argentina, feita com agentes e operadores do mercado argentino.

Segundo o Indec, os setores que sofreram as maiores altas foram Habitação, água, eletricidade e outros combustíveis (3,1 %), devido às altas em aluguel de moradia, seguida por Educação (3,1%).

Por outro lado, os dois setores que registraram as menores variações em setembro foram Recreação e cultura (1,3%) e Restaurantes e hotéis (1,1%). (LP.)

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188364>

Aumento de déficits fiscais é risco para expansão global (Artigo)

A economia global manterá seu ritmo de crescimento um pouco mais lento que o do período pré-pandemia, de 3,2% até 2030, mesmo com o choque tarifário inédito dos Estados Unidos, segundo prevê o Panorama Econômico Mundial do Fundo Monetário Internacional (FMI). Há uma grande variedade de riscos rondando o planeta, e o tarifaço de Trump é mais um entre eles. Para o Brasil, pouco afetado até agora pelo fechamento comercial do mercado americano, o risco maior advém de sua fragilidade fiscal, um dos elos tradicionais de transmissão de turbulências financeiras aos indicadores domésticos. Elas poderão ser desencadeadas pelo fim da valorização exuberante das bolsas americanas com a mudança de preços dos ativos relacionados à Inteligência Artificial, ou guinadas abruptas em rendimentos de títulos soberanos e reversão de expectativa sobre rumos da economia dos Estados Unidos.

O FMI mudou muito suas projeções sobre o crescimento mundial, lembrando os erros cometidos pelos economistas brasileiros sobre desempenho do **PIB** doméstico. Em julho, a previsão do Fundo para a expansão global era de 0,2%, enquanto agora vê um avanço de 3,2%. Para 2026, em vez de 0%, projeta 3,1%.

Há dois mistérios principais após o tarifaço americano: a **inflação** ainda não subiu de forma significativa nos Estados Unidos, nem o crescimento global encolheu drasticamente, aproximando-se de uma recessão. No primeiro caso, o FMI aponta que os aumentos das tarifas foram menores do que se poderia imaginar pelo anúncio inicial e que os estoques preventivos feitos para conter seus efeitos contribuíram para dilatar a pressão sobre o nível de preços. Uma parcela dos aumentos foi contida por esses estoques, outra pela redução da margem de lucro das empresas americanas, pelo não repasse total pelos exportadores para o país e, por fim, o que deve ser mais sentido agora, pelo reajuste de preços diretamente. O Fundo fala em "repasse retardado" e antevê que a **inflação** subirá nos próximos meses, como já vem sendo registrado pelo núcleo do índice de preços ao consumidor nos EUA.

Já o crescimento não apontou muito para baixo porque o tarifaço se iniciou com a economia americana, e a dos demais países desenvolvidos, em boa forma, o

que deve prosseguir-a projeção é que os países avançados cresçam 1,6% neste ano e no próximo. Além disso, os países emergentes estão avançando ao dobro dessa velocidade, 4% neste ano e 3,8% no próximo, e, como a fatia dos emergentes no **PIB** mundial se aproxima dos 50%, isso impediu a desaceleração abrupta.

O enfraquecimento do dólar, que não era esperado, contribuiu para a manutenção de condições financeiras favoráveis e evitou pressões tradicionais sobre os preços dos países emergentes com **inflação** alta (caso do Brasil). Pela primeira vez houve desconfiança sobre a continuidade da moeda americana como defesa segura em ambientes de graves instabilidades.

Os riscos para o cenário principal pendem para o lado negativo. O primeiro deles é a incerteza prolongada sobre as tarifas, junto a um acirramento de medidas protecionistas. Um outro é o de choques na oferta de trabalho, mais provável nos Estados Unidos, onde a oferta de mão de obra imigrante recuou de 1 milhão a 1,4 milhão de trabalhadores no ano por causa das batidas feitas pelos EUA contra a mão de obra estrangeira. O FMI não deixa de apontar a "erosão na governança e independência institucional", um eufemismo para qualificar os ataques ao Federal Reserve (Fed, o banco central americano) pelo governo Trump, que detém a maior quota na instituição multilateral e votos decisivos.

Duas ameaças parecem prementes. A primeira é a do fim da hiper-realização das ações de setores envolvidos na IA, que concentram um nível de risco que, pelos cálculos do Fundo, já supera o da bolha das pontocom no início de 2000. Qualquer desmonte nessas apostas pode causar grandes turbulências e reduzir perspectivas de crescimento nos EUA, o epicentro dos investimentos em IA, com efeitos globais.

A ameaça maior, porém, vem dos déficits fiscais, em alta em todo o mundo, dos EUA aos emergentes. O aumento dos rendimentos dos títulos soberanos de França, Reino Unido e Japão nos últimos dias - em um ambiente de alto endividamento privado e público, baixos spreads entre títulos de alto e baixo risco, ampla liquidez e alavancagem - indica problemas que podem conduzir a estresses financeiros mais adiante.

Pouco atingido pelo tarifaço, o Brasil está mais vulnerável a esse tipo de risco. Segundo o FMI, o país vai crescer 2,4% e 2,3% neste e no próximo ano, mas com uma **inflação** (5,2% e 4%, respectivamente) mais elevada que seus vizinhos da América do Sul, exceto Argentina e Venezuela. O Fundo aponta que o déficit fiscal subiu significativamente no Brasil, ao lado de China, EUA e França, e o endividamento elevado do país reduz o espaço para respostas a eventuais adversidades futuras e ampliando sua fragilidade ante fuga de capitais ou depreciações fortes do real.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188364>

"A COP sem os amazônidas não será completa"

BALANÇO *Cintia Magno*

Na data em que o país celebra o Dia do Professor, neste 15 de outubro, o reitor da Universidade Federal do Pará (UFPA), Gilmar Pereira da Silva, completa o primeiro ano à frente da maior instituição de ensino superior da Amazônia. Em meio ao desafio de gerenciar a universidade que é reconhecida pela CAPES como a que mais produz ciência sobre a Amazônia justamente no ano que o estado do Pará se prepara para sediar a Conferência da ONU sobre Mudanças do Clima (), a UFPA assumiu para si a máxima de que não é possível realizar uma COP completa, sem os amazônidas e sem a ciência produzida na região.

Em um balanço detalhado sobre a sua gestão, o reitor da UFPA falou ao DIÁRIO sobre a expectativa para a conferência do clima, sobre o fortalecimento das relações internacionais através de acordos de cooperação, sobre as iniciativas de melhoria da infraestrutura e de resgate do patrimônio histórico, além das prioridades para o próximo ano.

O A UFPA chega ao primeiro ano da atual gestão com conquistas importantes. Que balanço o senhor faz desse período?

O Eu tive a sorte e o desafio de ser reitor em um momento interessante do nosso estado. A COP, que é o mote de todos esses debates, têm nos permitido fazer um diálogo nacional, internacional e que tem sido muito interessante para projetar o que a gente deseja para essa instituição. A UFPA é a segunda maior universidade federal do país, mas dependendo dos cálculos que você faça, ela se torna a primeira. Se você considerar o aluno equivalente, os indicadores são diferenciados. Nós temos mais alunos à noite, nós temos mais alunos nos campi do interior, as distâncias são desafiadoras. Então, quando se analisa a quantidade de alunos, a maior é a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mas quando você pega esses indicadores, a UFPA passa a ser a primeira.

© A UFPA assumiu uma posição muito ativa na construção das discussões ligadas à e não é de hoje que a universidade discute e pesquisa, nas diferentes áreas do conhecimento, temas que são foco da conferência. Como está a expectativa agora que ela se

aproxima?

© Esse envolvimento não foi tão difícil porque a gente tem uma trajetória de pesquisa na área de clima, na área ambiental, que vem do nascimento da universidade. Nós temos dois núcleos importantes que estudam fortemente o clima, o NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos), que é dos anos 70, e o NUMA (Núcleo de Meio Ambiente). São dois institutos que sempre discutiram a questão ambiental, mas, fora isso, a gente tem no Instituto de Educação professores que estudam a questão ambiental; no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; no Instituto de Letras e Artes pessoas que estudam a questão indígena, língua indígena, que estudam o cotidiano dos indígenas. Então, quando veio a notícia que a COP seria realizada aqui, eu comecei a dialogar com os governos federal e estadual, e sempre disse: "COP sem os Amazônidas não será uma COP completa; e sem a ciência também, ainda mais sem a ciência da Amazônia". Todo mundo fala da Amazônia com teorias importantes e nós respeitamos e reconhecemos isso. Agora, a maneira como nós estudamos a Amazônia é diferente porque a gente vive a Amazônia. Eu falo de populações ribeirinhas e eu estou aqui em uma universidade ribeirinha, você olha da janela e está aqui o Rio Guamá. Se você atravessa o rio, está uma ilha de populações tradicionais que já trabalhavam há muito tempo e continuam trabalhando a biodiversidade. Então, ao longo desse tempo, a partir de outubro e novembro do ano passado de forma mais intensa, a gente foi se dando conta que estávamos intervindo e sendo aceitos no processo de uma forma relativamente natural. Eu tenho ido para São Paulo, para Brasília, para Goiás, para o Amazonas, fui para Portugal, para a França falar do dia a dia da COP. Então,

há uma mobilização muito grande e um reconhecimento do papel que a universidade tem. O Ministério da Educação vai coordenar um evento em que três reitores daqui, entre eles eu, iremos falar na Zona Verde da COP. Fora isso, a gente tem um evento com a França, vamos ter um navio que vai vir de Manaus para cá Na semana que vem vamos ter o almoço dos reitores da Amazônia, também com o embaixador da França, lá em Brasília, a convite dele. Então, a COP tem sido um instrumento de visibilidade daquilo que a gente já fazia. Para se ter uma ideia, a UFPA hoje é a universidade que mais produz ciência

sobre a Amazônia. E essa fala não é minha, apesar de eu replicá-la. E uma fala da CAPES [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior].

© O fortalecimento dessas relações internacionais também é um marco desse primeiro ano de gestão. Como que essas parcerias chegam até os estudantes?

© Eu fui duas vezes a Portugal, uma vez à França,

ano que vem também estamos com um projeto de focar em países da África e uma coisa que eu tenho feito em todos os lugares que eu vou é organizar eventos em que a gente coloque a possibilidade de participação dos nossos jovens nos países que a gente tem visitado e de trazer os jovens de lá para cá. Já estamos fazendo isso. A gente tem um convênio com a UGM, que é um grupo de universidades de Montevideú, mas que hoje congrega um conjunto de universidades da América Latina, e a gente tem mobilidade com eles. E o que a gente quer é intensificar isso. A gente assinou um acordo com países do BRICS, no Rio de Janeiro, no início do ano; assinamos convênio com universidades russas, com universidade da Índia; com universidade da China. Eu acredito que assinamos mais de 20 acordos de cooperação neste ano e a intenção é que esses acordos sirvam para que os nossos jovens tenham acesso a outro tipo de cultura. A gente está trabalhando para dar maturidade para isso e eu acho

que isso vai se fortalecer muito com a COP porque vai ter gente de muitos países aqui e a gente está estruturando a UFPA para receber as pessoas. Os reitores das universidades virão, e a gente vai receber cientistas do mundo inteiro.

© Recentemente houve a entrega da primeira etapa da reforma do Complexo dos Mercedários, que além da importância histórica do prédio para a cidade, vai ter uma participação na COP recebendo as atividades do BNDES. Mas, para depois da COP, como a universidade vai utilizar o espaço?

© Aquele espaço é lindo. E um espaço que a gente já utiliza, nós temos um curso de graduação e de mestrado em restauro funcionando lá. Na parte de baixo vai ficar uma parte do nosso museu, vai ter uma livraria da nossa editora especializada na questão do restauro, vai ter uma parte da Escola de Música da UFPA, vai ter um café. Em cima tem um gabinete que o reitor utiliza, além disso tem os escritórios, o gabinete da direção do instituto e as salas que o BNDES vai ocupar agora durante a COP e que eles vão, além de receber as pessoas, fazer atividades culturais com pessoas daqui. Eles têm sido muito generosos. Nós já estamos com recurso para terminar a obra, é uma obra longa e que deve terminar em

2027 porque nós vamos restaurar também a Igreja das Mercês. Mas é um espaço muito legal e o que eu, particularmente, desejo para aquilo é que seja um espaço público, que as comunidades tenham acesso. Que vão lá tomar um café, que vão lá ouvir uma música, assistir a nossa Escola de Música tocar. E esse o propósito. Mas além daquele prédio, a gente tem a Capela Pombo que está linda. A parte que era a capela nós já restauramos, mas como nós temos um quintal e a gente está com recurso, nós vamos fazer um auditório para receber as pessoas. Temos o Fórum Landi, que nós vamos inaugurar, também a primeira parte, entre 6 a 8 de novembro. Terá uma maquete que já está pronta e que mostra toda a Cidade Velha, tem um espaço para exposição, nós vamos fa-

zer uma exposição durante a COP, e tem um auditório. Para além disso, a gente tem o Centro de Memória da Amazônia, que fica onde era a nossa antiga gráfica; temos na Praça da República o Instituto de Ciências da Arte, aquele prédio do lado do Teatro Waldemar Henrique; e temos também o museu da UFPA. Na verdade, são outros campus da universidade e eu estou visitando e trabalhando para conseguir recursos. Esse recurso do BNDES, junto com a Vale, foi generoso, em torno de R\$ 49 milhões. A gente tem focado muito nessa parte histórica para mostrar para os nossos jovens que não se faz ciência sem se ligar à cultura, qualquer ciência, em qualquer área.

© Outro ponto de destaque foi a criação do curso de Inteligência Artificial, pioneiro na Região Norte. Qual é o impacto dele para a formação e para a pesquisa na universidade?

© Quando eu assumi a reitoria tinham três coisas que eram estruturantes pra mim, que a gente precisava fazer. Nós criamos duas superintendências e uma pró-reitoria. Elas existiam como departamentos, mas não com esse nível de autonomia. Então, criamos uma Superintendência de Inovação, uma Superintendência de Diversidade e uma Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. E uma coisa que agente se dá conta é que as tecnologias vão envolvendo a todos nós e não podemos fugir delas. A gente tem que mergulhar e entender. Aí pedi para o pessoal da Ciência da Computação e Sistema de Informação que me apresentassem uma proposta de um curso de inteligência artificial. E eles fizeram muito bem, as primeiras 30 vagas já deverão estar no Enem. E muito importante para a gente conviver com essas técnicas e torná-las ciência, torná-las filosofia de vida porque a gente apreende as tecnologias como técnica e é pouco. Os jovens hoje sabem lidar com as ferramentas, o que é importante, mas a gente quer que ele entenda isso e diga "isso tem impacto na minha vida, na vida da minha comunidade, dessa e dessa forma". Eu quero que a gente entenda como

podemos usar isso, e em função de quê? Que entenda que por trás de tudo isso, tem um ser humano. Esse curso tem que ter esse papel e ele tem que pensar isso em todos os cursos porque essa é uma questão transversal.

O E com relação às obras de infraestrutura em Belém e no interior?

O A gente tem procurado trabalhar uma infra-estrutura pesada. A gente está sem recursos e muita coisa tem sido feita com captação de recursos externos, mas temos tentado. A gente inaugurou dois prédios importantes, um prédio aqui universidade para uma faculdade do tecnológico; inauguramos um prédio no Instituto de Ciências Sociais Aplicada; estamos com dois prédios que a gente quer inaugurar até abril/maio e temos o Centro Cultural, que vamos retomar as obras agora, e que queremos ver se até o final do ano que vem a gente entrega. Para além disso, agente está trabalhando em uma cidade universitária em Tucuruí, que a gente está retomando para ver se entrega também no ano que vem. Também temos um acordo com a Fadesp para fazer um Centro de Convivência em cada um dos campi, inclusive aqui em Belém. Já estamos fazendo um no Instituto de Medicina Veterinária em Castanhal, que a gente pretende entregar até janeiro ou fevereiro, mas a ideia é ter um em cada campus até o final do meu mandato. Estamos prospectando e muito animados com essa expectativa. Além disso, estamos licitando as obras do , nós temos um da Educação e nele nós teremos

a ampliação do Restaurante Universitário (RU), vamos fazer um RU no setor de saúde [do Campus Guamá]; vamos fazer mais um prédio em Ananindeua; vamos fazer mais um prédio em Salinópolis, que é um campus que a gente não tinha prédio; vamos fazer um prédio para a Faculdade de Medicina de Altamira, que também está em andamento. E fora isso estamos tentando levantar questões sobre a estrutura acadêmica porque a gente cresce o tempo inteiro. Precisamos de mais técnicos administrativos, a gente tem muita falta de trabalhadores, em várias áreas, porque a gente cresceu demais. Altamira é um campus que tem 180 professores. Castanhal tem quatro doutorados. Sem contar que nós somos uma universidade que tem, hoje, mais cursos de pós-graduação do que de graduação. E uma mudança extraordinária e muito rápida porque até os anos 2000, a gente tinha em torno de 20 a 30 cursos de pós-graduação. Hoje, a gente tem 170 cursos de pós-graduação e mais de 160 cursos de graduação. E uma instituição muito viva, muito envolvente. A gente tem o orçamento do governo, que é muito importante e necessário, mas nós, os pesquisadores que orientam teses, que fazem pesquisa, quase todos têm projetos financiados, que contratam bolsistas de iniciação

científica e de extensão. A UFPA é a maior universidade da Amazônia e a gente faz uma crítica porque poderia ter mais bolsas. A gente contribui com 10% do PIB e recebe menos de 5% das bolsas. Mas, mesmo assim, os nossos colegas pes-

quisadores, para usar um termo popular, 'tiram leite de pedra'. Por exemplo, os pesquisadores que estudam petróleo têm projetos de milhões, se eles fossem esperar pelo orçamento da UFPA para montar os seus laboratórios, eles não teriam isso. Em Salinópolis, que nós temos um curso de Engenharia de Petróleo, nós temos um laboratório que tem equipamento de R\$8 milhões. E um equipamento que estuda petróleo em águas profundas. Então, os nossos professores de Salinas recebem alunos para fazer pós-doutorado ou doutorado a partir desses laboratórios, dessas estruturas. A minha leitura, como cidadão, como professor, como reitor, é que a universidade só tem sentido se ela se pensar como um projeto de sociedade. E aí, quando a gente vai procurar entender o que foi o estado do Pará nos últimos 50 anos, a gente vai ver que as mudanças todas pas-

saram pela universidade. A formação de professores, a formação de engenheiros, a formação de médicos, a formação de jornalistas. E depois vieram as outras instituições, algumas delas com origem na UFPA, como é o caso da UFOPA, da UNI-FESSPA, da UNIFAP - o campus do Amapá era um campus da UFPA.

O Para finalizar, quais são as prioridades da gestão para o próximo ano?

O Do ponto de vista da infraestrutura, eu quero acompanhar essas obras todas com muito detalhe. Logo depois da COP quero voltar às minhas viagens aos campi, porque eu não tenho tido tempo de ir agora. Eu fui vice-reitor por oito anos e cuidei muito dos campi do interior, então, eu gosto muito de ir lá ver como as coisas estão. Tem um conjunto importante de obras que a gente precisa fazer. A gente ainda tem alguns cursos que não

estão bem alojados, que falta estrutura e que eu também vou colocar energia nisso. Na questão acadêmica, trabalhar essa avaliação dos cursos. Em janeiro nós devemos ter avaliação dos nossos programas de pós-graduação. Eu estou muito esperançoso que agente tenha muitos programas passem de três para quatro, de quatro para cinco e estamos com o sonho que tenham alguns que passem até para nota 7 [os cursos são avaliados pela CAPES e classificados com notas de 3 a 7]. Para nós, é muito importante porque a universidade se consolidará cada vez mais. E tem uma coisa que parece pequena, mas que é muito grande, e que eu quero focar durante o

ano que vem, que é dar garantia de laboratórios para os cursos das ciências da computação, da engenharia elétrica porque a gente tem esses cursos, mas os laboratórios muitas vezes ficam obsoletos, a gente pre-

cisa estar trocando o tempo inteiro. Com relação à pós-graduação, a pró-reitoria de pós-graduação conseguiu um recurso razoável e a gente está comprando computadores para a pós-graduação, mas a gente precisa ter essa estrutura na graduação. E uma coisa também que a gente não pode esquecer, que perpassa o dia a dia da nossa gestão, e que eu quero continuar fazendo com muita atenção é a inclusão social. Eu tenho conversado muito no Ministério sobre a necessidade de ampliar os recursos para a assistência estudantil. Mais de 80% dos nossos jovens são de origem pobre, muitos deles são os primeiros da família a entrar na universidade, mas a gente precisa garantir que eles fiquem. Eu acho que o maior instrumento de inclusão que temos é o RU, onde quase 7 mil jovens comem todo dia. Mas a gente ainda não tem isso nos campi do interior. A gente conseguiu fazer uma negociação em Altamira, que tem um restaurante popular, e os meninos de Altamira já estão se alimentando dessa forma. Mas o nosso desafio é deixar os 12 campi com alimentação, os meninos tendo um RU ou uma política de alimentação com voucher, com alguma coisa que eles possam ter para se alimentar e para manter os seus cursos, para além das bolsas que alguns deles já têm. São tarefas cotidianas e eu acho que ser reitor de uma universidade como a nossa é estar, a cada dia, procurando saídas e procurando incluir mais. A universidade no Brasil, e na Amazônia, é um espaço de muitos desafios, mas também de grandes conquistas.

Site:

<https://doi.com.br/digital/Page?editionId=3265#book>